

JORGE AMADO NA JUVENTUDE (1932-1936): O *BOLETIM DE ARIEL* COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO INTELECTUAL

Matheus de Mesquita e Pontes
Doutor em História. Professor do IFMT.
matheus.pontes@cas.ifmt.edu.br

Por meio do *Boletim de Ariel*, entre 1932 e 1936, Jorge Amado construiu e consolidou novas relações sociais, posturas e interesses na produção literária. Apesar da tática da sedução permanecer, com textos elogiosos aos colegas intelectuais e literatos na imprensa jornalística¹, o escritor alterou o conteúdo das suas narrativas graças à sua inserção em novos agrupamentos. Percebem-se três *lugares sociais*² que o impactaram nesse período: primeiro, o pensamento de esquerda a partir da sua aproximação com a Juventude Comunista e com demais instrumentos e sujeitos vinculados ou próximos ao Partido Comunista do Brasil (PCB); posteriormente, o envolvimento com o denominado “romance de 30” ou “romancistas do Norte” e seus produtores, que normalmente eram oriundos dos estados do Nordeste, autores com os quais Amado fomentou amizades e admiração; e, por último, os intelectuais que abordavam a questão da raça e da mestiçagem — chamavam sua atenção os escritos de Gilberto Freyre, Arthur Ramos e do amigo Edison Carneiro — e que o levaram a alterar posicionamentos sobre o tema.

Essas três mediações delinearão o conteúdo dos seus romances — em graus diferenciados — produzidos no transcorrer da década de 1930: *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar morto* (1936) e *Capitães da areia* (1937). A tomada da consciência de classe por trabalhadores e por elementos oriundos das camadas mais empobrecidas permeia os cinco romances e tem na greve — ou na tentativa de construí-la — um evidente lastro do pensamento de esquerda. Todos os romances têm suas tramas cravadas no Nordeste e, em especial, na Bahia, ao representarem espaços populares e suas vivências. O tema da convivência entre brancos, negros, mulatos e

¹ Tática comum em suas crônicas para o jornal *O Momento*, nos primeiros meses após a mudança do autor da Bahia para o Rio de Janeiro (1930-1931). Nesses escritos, Amado elogiou constantemente seus futuros editores, Augusto Frederico Schmidt e Agripino Grieco, além de uma leva de autores vinculados à livraria/editora Schmidt. Além disso, na escrita das crônicas de *O Momento*, Amado expressava ser um jovem cético, racista e nada simpático a Salvador e Ilhéus.

² O conceito *lugar social* foi apropriado de Michel de Certeau (2010), no que tange ao(s) espaço(s) de produção do autor — agrupamentos sociais e/ou instituições —, que contribuem na legitimação, difusão e “fiscalização” sobre a escrita e seu conteúdo.

demais povos estrangeiros expressam nas obras a questão de raça e da miscigenação social e cultural do povo baiano e brasileiro. Tais mediações vêm interligadas com narrativas realistas que descrevem momentos de forma crua e direta ao leitor. Por mais que, depois de 1935³, a repressão estatal avançasse sobre os literatos da oposição, incluindo Amado e sua obra, o escritor conseguiu equilibrar o seu realismo com ares poéticos, aliviando a acidez das tramas ao tentar driblar a censura. *O Boletim de Ariel* foi um dos principais epicentros dessas novas influências e dos debates emergentes ligados a esses assuntos. Foi um dos instrumentos que contribuiu, a nosso ver, para o reordenamento das posições de Jorge Amado e sua inserção em novos agrupamentos.

Um pouco sobre o *Boletim de Ariel*

A historiadora Tania Regina de Luca (2006) coloca que o *Boletim de Ariel* circulou entre outubro de 1931 e 1939, de forma mensal, com o intuito de propagandear a Editora Ariel nos meios intelectuais. A pesquisadora informa que, nos primeiros anos de empreitada, os sócios e proprietários da Ariel, Gastão Cruls e Agripino Grieco, conseguiram atrair vários literatos da Schmidt, como Murilo Mendes, Lúcia Miguel Pereira, Marques Rabelo, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Otávio de Faria, Raul Bopp, Gilberto Amado — primo de Jorge Amado — e o próprio Amado, que passavam a lançar suas novas obras na editora e eram colaboradores nas páginas do periódico.

Apesar da predominância de artigos de liberais e de indivíduos de esquerda, como Astrogildo Pereira, fundador do PCB, e de Mário Pedrosa, da dissidência trotskista, o *Boletim* abria espaço para os conservadores católicos, anticomunistas e simpatizantes do fascismo. Inclusive encontram-se escritos de Oliveira Vianna defendendo a *arianização* do Brasil (1932) e a divulgação da obra *O que é integralismo?* (1933), de Plínio Salgado, pela Schmidt. Tal diversidade de assuntos e posições já era delineada por Cruls como um princípio programático do periódico. Em sua primeira edição, o editor afirma:

O Boletim de Ariel, embora com aspirações mais altas, pede muito menos a seus leitores [...]. Aqui, se também prepondera o mesmo espírito do esboço rápido e da nota despreziosa acerca do que mais interessante e

³ Menção aos desdobramentos dos levantes armados da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do PCB, em novembro 1935.

significativo ocorrer no mundo das letras, das ciências e das artes, tanto no Brasil como no estrangeiro, tudo se valorizará pelo nome dos seus signatários, sempre colaboradores de realce, escolhidos entre o que de melhor houver nas nossas elites intelectuais (CRULS, 1931, p. 01).

Em si, o *Boletim* tentava ser uma ferramenta de difusão da produção intelectual brasileira dos anos de 1930, independente se ela emergisse na capital ou em outras regiões do país. O periódico não tinha um quantitativo de páginas fixo, mas girava em torno de 20 laudas e nem todas suas matérias ou críticas literárias eram assinadas, por mais que tivesse um corpo de colaboradores orgânicos. No *Boletim de Ariel*, Jorge Amado se dedicava à produção de artigos, ensaios ou crítica literária, sendo colaborador permanente em 1933 e 1934⁴.

Apesar de pontos em comum da produção literária anterior e dos textos do *Boletim*, Amado abandonou após 1933, o racismo em relação aos negros e mulatos e ao processo de miscigenação cultural, social e racial. A Bahia já não será mais representada como um lugar retrógrado e como centro do “mulatismo” degenerado, mas como exótica, saudosista e portadora de uma magia encantadora, e os modernistas antropofágicos não eram mais achincalhados — ao contrário, recebiam elogios pontuais por meio das novas obras de Raul Bopp⁵ e Oswald de Andrade⁶.

Romance proletário

A expressão “romance proletário” emergiu no transcorrer dos anos de 1920 a partir de uma série de obras que descreviam a miserabilidade e a resistência dos trabalhadores no mundo ocidental. A catástrofe da primeira Grande Guerra (1914-1918) e os raios de esperança de um novo mundo advindos da Revolução Russa (1917) foram as molas propulsoras desse “gênero literário”. No Brasil, a crise de 1929 dificultou a importação de papel e de livros, o que levou ao crescimento das editoras nacionais e ao

⁴ Período em que também lançou os romances *Cacau* e *Suor* pela Editora Ariel.

⁵ Em 1932, quando Amado começa a colaborar com o *Boletim de Ariel*, ele dividia casa com o Raul Bopp.

⁶ O jovem Jorge Amado, entre seus 17 e 20 anos (1929-1932), nos romances *Lenita* (1930), em coautoria com Dias da Costa e Edison Carneiro, *O país do Carnaval* (1931) e *Rui Barbosa nº 02* (trama não publicada) e em suas crônicas e contos no jornal *O Momento*, revelam um escritor cético, inimigo da intelectualidade baiana e da ABL, racista — ao debochar do “mulatismo” da escrita e da alma do brasileiro —, e crítico das características coloniais e da pouca modernidade em Salvador. Esses elementos contrastam com o autor *best seller*, engajado em defender populares e em enaltecer a Bahia.

surgimento de inúmeras traduções de obras estrangeiras, dentre elas o aparecimento do “romance proletário”. Em suas memórias, Jorge Amado descreveu o fenômeno:

A expressão “romance proletário” estava ligada a toda uma literatura que apenas se começava a conhecer no Brasil. Havia entre outros um romance alemão, *Passageiros de terceira classe*, de um certo Kurt Klaber [...] Era um romance estranho, um romance proletário todo em diálogos, inteiramente em diálogos, que contava a viagem de barco de imigrantes alemães voltando dos Estados Unidos para a Alemanha, e o drama destes migrantes. Este livro, prefaciado por Thomas Mann, devia datar dos anos 20 e poucos; eu o lera em 1930, numa tradução publicada pela Pax, uma editora de São Paulo que começava a publicar romances russos, da primeira fase da literatura soviética, *A Derrota*, de Fedáiev, *A Torrente de Ferro*, de Serafimovitch, *A Cavalaria Vermelha*, de Babel, uma literatura extremamente rica. Mais ou menos ao mesmo tempo, a Cultura Brasileira, uma outra editora de esquerda, publicou *Judeus sem Dinheiro*, de Michel Gold, que teve enorme influência, um sucesso tremendo [...] (AMADO apud RAILLARD, 1990, p. 55-56).

Eu falei das influências estrangeiras exercidas sobre mim e minha geração — a literatura soviética, a literatura norte-americana e a de outros países; quando se falava do romance proletário, toda uma literatura de esquerda que vinha dos anos 20, Upton Sinclair, os socialistas nos Estados Unidos — tudo isto não é?, pesa sobre o “romance de 30”. [...] os romancistas soviéticos [...] os grandes romances documentários [...] os livros pró-soviéticos, os socialistas mais críticos — uma crítica que em seguida foi totalmente censurada e proibida. Aquilo nos influenciou muito a todos (AMADO apud RAILLARD, 1990, p. 99).

Nas páginas do *Boletim de Ariel*, o assunto em torno do “romance proletário” teve seu auge em 1933 com a famosa pergunta lançada por Jorge Amado em nota prefacial do romance *Cacau*: “Será um romance proletário?” (AMADO, 1933d). Apesar de não responder ao questionamento feito a seu próprio livro naquele período, a pergunta provocou um intenso debate no periódico sobre o que deveria caracterizar o “romance proletário”.

Em 1932, o ensaísta Heitor Marçal, em “Litteratura proletaria”, abria as discussões sobre o tema e colocava que a principal caracterização do gênero era a abordagem sobre a vida miserável dos trabalhadores. Antenado aos acontecimentos, Marçal afirmava que esse tipo de literatura ganhava terreno graças aos esforços da “Associação Russa dos Escriitores Proletários” que conquistava adeptos em outras nacionalidades, sendo que, “aqui no Brasil, sob estes moldes, tão ao sabor da época, existe uma obra digna de se lêr. Refiro-me ao *Gororoba* de Lauro Palhano” (MARÇAL, 1932, p. 19). Para o autor, o livro lançado em 1931 narra “a movimentação da figura

central do romance, do nordeste para a amazonia e dahi para o Rio permite ao autor o estudo de todos os ambientes proletários do Brasil”⁷ (MARÇAL, 1932, p. 19).

Respondendo à pergunta de Amado, Alberto Passos Guimarães defendeu que o estilo do romance proletário ainda não estava plenamente definido no plano artístico, mas que, doutrinariamente, “a arte proletária é, pois, a arte anti-burguesa do período da luta de classes. Do período de contradições onde nos achamos” (GUIMARÃES, 1933, p. 288). E, nesse contexto, o livro *Cacau*, por expressar as contradições sociais e por estimular a luta entre as classes, era, sim, um romance proletário. Seguindo a mesma linha de pensamento de Guimarães, Arnaldo Tabayá teceu elogios ao romance amadiano e afirmou que a trama era um “estímulo ao sentimento de revolta” (TABAYÁ, 1933, p. 20). Já o companheiro dos tempos de Academia dos Rebeldes, Dias da Costa, foi além de todos os críticos e acentuou que foi “a primeira tentativa séria de romance proletário no Brasil” (COSTA, 1933, p. 36). Mais contido, o articulista Murilo Mendes não respondeu ao questionamento levantado pelo autor e preferiu comparar *Cacau* como o romance *Parque industrial* (1933) de Patrícia Galvão, sendo que Amado conseguiu inserir-se no “espírito” do proletariado rural, enquanto a literata fez apenas “uma reportagem impressionista, pequeno burguesa” (MENDES, 1933, p. 317).

Jorge Amado tinha respostas para sua pergunta. Porém, o autor não respondeu avaliando sua própria obra, mas analisando a de terceiros. Num ensaio crítico, elogiou o romance *Os Corumbas*, de Amado Fontes, colocando-o no rol dos grandes “romancistas do Norte” que estavam surgindo naqueles anos de 1930 — apesar de ser seu primeiro livro. Por outro lado, Amado foi contundente ao afirmar que *Os Corumbas* não era um romance proletário e discerniu sobre sua perspectiva de como deveria ser o perfil desse gênero literário:

A litteratura proletária é um literatura de lucta e de revolta. E de movimento de massa. Sem heróes nem heróes no primeiro plano. Sem enredo e sem senso de immoralidade. Fixando vidas miseráveis sem piedade mas com revolta. É mais chronica e pamphleto (ver Judeus sem dinheiro, Passageiros de terceira, O cimento) do que romance no sentido burguez. [...] A literatura

⁷ Em dezembro de 1931, o periódico divulgava o lançamento de *O gororoba: scenas da vida proletária no Brasil*, pela editora Terra do Sol, por meio de uma breve resenha da obra (sem autoria). Porém, não existe menção de que a obra se caracterize como romance ou literatura proletária.

proletária se propõe incentivar a revolução dos oprimidos. O romance proletário deve inspirar o sentimento de revolta e de lucta. Fazer do leitor um inimigo da outra classe (AMADO, 1933e, p. 292).

Em síntese, Amado defendia que *Os Corumbas* era um romance que instigava sentimentos de piedade ao leitor frente aos personagens protagonistas e que o centro da trama não era o conjunto dos trabalhadores, mas sim a tragédia da família Corumba. Análise semelhante o literato destinou ao romance *O gororoba*⁸, devido à trama não imputar o estímulo da revolta.

O sr. Lauro Palhano torce o sentido do livro, torce a vida dos seus heróis e termina o volume em pleno socialismo christão (amai-vos uns aos outros...). Faz o operário fugir do seu caminho de revolta para cair na conformação que os padres pregam [...]. Talvez que ao terminar a factura do seu romance o sr. Lauro Palhano não fosse mais operário... (AMADO, 1933f, p. 71).

Foram os recém-dissidentes do PCB, atentos às posições do revolucionário Leon Trotsky, que polarizaram e se opuseram ao termo literatura proletária ou romance proletário. Em 1933, Hugo Antunes fez a resenha do livro *La literatura rusa de la época revolucionaria*, de Vladimir Polonski, que era um dos seguidores de Trotsky. No texto, Antunes (1933, p. 102-103) defendeu posições dos dissidentes ao afirmar que a literatura proletária só poderia ocorrer num ambiente próximo do regime comunista, no qual os trabalhadores já passaram por um período transitório e por uma revolução cultural que lhes permitiu desenvolver sua própria arte. Nesse sentido, naquele momento histórico, não existia condições práticas e culturais para uma literatura proletária, mas sim para a existência de uma literatura advinda de escritores comprometidos — ou de alguns operários com talento — com a vitória da revolução dos trabalhadores, isto é, havia uma literatura revolucionária. Mais aguerrido, o jornalista Mário Pedrosa abordou o romance *Cimento*, do russo Fédor Gladkov, ao defender o conceito de literatura revolucionária e colocar que o autor revolucionário não deve estar a serviço da escrita oficial ou do aparelho, mas sim dos trabalhadores. Denunciando a recém-burocracia soviética e o stalinismo, Pedrosa elogiava a postura combativa de Gladkov e reivindicava os tempos de direção revolucionária de Lenin e de Trotsky nos anos de revolução e guerra civil no princípio do Estado soviético:

⁸ Para vários críticos literários, *O gororoba* seria a obra brasileira pioneira no gênero “literatura proletária”, sendo que Amado realizou a análise do livro dois anos depois de sua publicação.

Entretanto, esta obra, inspira ainda nos tempos heroicos do comunismo de guerra, nos tempos de Lenine e de Trotsky, existe e deve ser lida para se compreender intimamente uma geração e uma época que “abalaram, mesmo se não conseguiram destruí-lo totalmente, um mundo de exploração e de crises (PEDROSA, 1934, p. 103).

Em 1934 e 1935, a disputa conceitual entre “literatura proletária” *versus* “literatura revolucionária” foi cedendo espaço para novas preocupações que estimulavam as revisões das polarizações. O crescimento do pensamento fascista no mundo e o avanço organizativo da Ação Integralista Brasileira (AIB) levaram o campo das esquerdas a se contraporem, a partir da formação das Frentes Únicas e das Frentes Populares, a combater o inimigo comum. Nesse plano de reordenamento das forças antagônicas, os debates conceituais no campo literário passavam a girar em torno da polarização entre “literatura de direita” *versus* “literatura de esquerda” ou “literatura reacionária” *versus* “literatura revolucionária”. Aderbal Jurema, um dos entusiastas da literatura amadiana ao longo de sua vida, colocava que a literatura burguesa vivia às vésperas do aniquilamento total, graças ao acirramento da luta de classes, e que o mundo literário estava dividido entre as forças agonizantes da literatura reacionária e da ascendente literatura revolucionária (JUREMA, 1934, p. 211). Para Jurema, os maiores expoentes literários que denunciavam as mazelas vividas pela sociedade brasileira, impulsionando a luta de classes, eram os romancistas do Norte e Nordeste.

Trilhando posições semelhantes, Astrogildo Pereira, fundador e ex-secretário geral do PCB, associou Gastão Crul (um dos proprietários da Ariel) ao campo dos escritores de esquerda ao resenhar seu romance *Vertigem* e afirmar que o editor/romancista conseguiu desmascarar a falsa moral fascista e da elite liberal brasileira perante o modelo exemplar de família. Nesse sentido, o ex-dirigente comunista avaliou que “*Vertigem* é um romance de um certo modo objectivamente revolucionário [pois], reflecte uma certa face da família burguesa em pleno processo de desagregação” (PEREIRA, 1935, p. 182).

Diante desse contexto, Jorge Amado valorizava, em seus ensaios, as obras dos colegas do campo da esquerda nacional e internacional, entre elas *O lobo da estepe* — publicada em 1927 e lançada no Brasil em 1935 —, do alemão naturalizado suíço Hermann Hesse, que combatia a educação pequena burguesa europeia, o militarismo e o

revanchismo fruto da primeira Grande Guerra, e *O homem e o cavalo*, peça teatral de Oswald de Andrade, que atacava ferozmente a decadente elite nacional e que, segundo Amado, simbolizava a ruptura do modernista com a “poesia pau-Brasil” e a boemia. Replicando Oswald, ele afirmou: “Terminou o palhaço da burguesia. Começou a casaca de ferro da revolução proletária” (AMADO, 1934c, p. 269).

O acirramento das polarizações ideológicas também gerava o gradativo afastamento de Amado do círculo dos intelectuais católicos. Ao opinar sobre o livro *Destino do socialismo*, de Otávio de Faria — o primeiro leitor e comentador dos seus romances de 1931 e 1932 —, Amado desdenhou o antigo companheiro ao colocar que suas opiniões conservadoras levariam a um número ínfimo de leitores a concordar com seus posicionamentos expressados no livro⁹. E, distanciando-se politicamente do escritor católico, Amado ressaltou: “Eu sou dos que estão muito longe de Octavio de Faria em matéria de ideologia. Ao contrário do ensaísta de *Destino do Socialismo*, acredito na victoria da revolução dos operários, não apenas na sua victoria bélica como na reconstrução do velho mundo pelo proletariado” (AMADO, 1933g, p. 225).

A plena intensificação das posições políticas no campo literário levaram V. de Miranda Reis, outro admirador dos romances amadianos, a questionar a polarização que obrigava os escritores a escolher um dos lados das trincheiras para fugir da pecha de oportunista. “A família litteraria está desunida, dividida, bipartida. Há, dentro dela, duas tendências contrarias, dois partidos adversos” (REIS, 1935, p. 11). Sem se aprofundar na avaliação do perigoso contexto vivido na época, o autor colocava que tal conjuntura “sufocava” a produção literária e sua crítica ao limitar aspectos criativos.

Os levantes armados de novembro de 1935 e a intensa repressão estatal aos opositores após o acontecimento — incluindo a prisão de inúmeros intelectuais, jornalistas e literatos, além da queima e aprisionamento de obras — amordaçaram a produção literária crítica no Brasil e conduziram ao fim dos debates acalorados sobre a caracterização desse gênero romanesco nas páginas do *Boletim de Ariel*.

⁹ Movimento semelhante Jorge Amado realizou com o romance *Em surdina*, de Lucia Miguel Pereira, ao alegar que a escritora desejava elevar e dignificar a moral burguesa em seu momento de derrocada. E delimitava que, “com Octavio de Faria e José Lins do Rego, Lucia Miguel Pereira forma[va] o grande trio dos moços intelectuais da direita no Brasil” (AMADO, 1934d, p. 97).

Romancistas do Norte

“Romances do Norte”, “romances do Nordeste”, “romance regional”, “romance de 30”. Ao longo do século XX foram diversas as denominações dadas para a safra de obras e autores que emergiu nos anos de 1930, constituída principalmente de produtores oriundos dos estados do Nordeste brasileiro. Naqueles anos do entreguerras, a classificação mais comum entre os críticos literários era de “romancistas do Norte”, ao englobar as regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste sem as distinções geográficas que temos hoje. Apesar de o termo nordeste ser usado no plano político e sociológico e do Movimento Regionalista (1926), impulsionado por Gilberto Freyre, ter seus impactos na intelectualidade e na literatura, esses conceitos estavam em processo de maturação e eram utilizados de forma muito superficial nos anos 1930.

Na metade da década de 1980, o septuagenário Jorge Amado relembra que o romance *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, em 1928, era o pioneiro na descrição da realidade brasileira e, em específico, do meio rural dominado pela seca, a miséria e o coronelismo. O literato sublinhou que “*A Bagaceira* teve grande influência sobre nós. Todos nascemos ali, nós os romancistas chamados “do Nordeste”” (AMADO apud RAILLARD, 1990, p. 41). Esse reconhecimento e essa admiração de Amado diante da influência de Almeida em seus romances e dos demais colegas de sua geração já era expressado desde seus primeiros meses no Rio de Janeiro, nas crônicas de *O Momento*, e perpassaram toda sua vida por meio dos depoimentos de cunho memorialístico.

Mesmo em 1935, com o intenso afrontamento que Amado realizava com os companheiros da ANL contra o governo de Vargas — cujo José Américo Almeida¹⁰ era ministro —, o literato não deixou de tecer elogios ao autor de *A bagaceira*. No ensaio “A volta de um romancista”, Amado enalteceu os romances de Almeida, *O boqueirão* e *Coiteiros*: o primeiro descreve a difícil vida das populações do Nordeste e o segundo aborda a tênue relação dos cangaceiros com os coronéis que os acobertavam da repressão policial — tema pioneiro para a época. Apesar dos elogios, o ensaísta acreditava na ruptura de Almeida com Vargas e escreveu: “Compreende-se então que o

¹⁰ Almeida foi Ministro da Viação do Governo de Vargas em parte da década de 1930, chegando a ser indicado como pré-candidato à presidência em 1938, numa eleição não consumada graças a instauração do Estado Novo.

autor tem uma visão clara do problema, sabe bem da situação que existe e da luta que se prepara entre todos os esfomeados e todos os bem alimentados. Resta saber com que ficará o autor” (AMADO, 1935a, p. 58).

Por outro lado, Amado também memorizava que o Movimento de 1930 “foi uma revolução popular” de linhagem burguesa (AMADO apud RAILLARD, 1990, p. 58-76) e, diferentemente das posturas representadas em seus escritos entre 1929 a 1956, sugeria que o *varguismo* trouxe consigo esperanças e mudanças positivas nas leis do trabalho. Nesse ensejo renovador do período, segundo Amado, a literatura dos anos de 1930 — feita em maior parte por romancistas nordestinos — foi impactada ao almejar sua aproximação com as realidades populares com o intuito de denunciar as mazelas e de transformar a sociedade em termos mais justos.

Além dos anúncios dos romances de Almeida, dos livros dos companheiros da Academia dos Rebeldes, do sergipano Amado Fontes e do amazonense Lauro Palhano, que são descredenciados da lista dos literatos proletários, Amado tinha imensa admiração pelos romances da cearense Rachel de Queiroz e do alagoano Graciliano Ramos. A primeira foi elogiada desde suas crônicas em *O Momento*, quando lançou *O Quinze* (1930) e *João Miguel* (1932), tornando-se posteriormente amiga do escritor e influenciando-o em sua posição de aproximar-se da esquerda comunista, enquanto Ramos, ao longo dos anos de 1930 e 1940, atuou com Amado em diversas atividades literárias e partidárias.

Com referência à crítica negativa feita por Frederico Schmidt à obra *São Bernardo* (1934), de Graciliano Ramos — quando o escritor migrou da editora Schmidt para a Ariel —, Amado saiu em defesa do romancista, colocando-se como “revoltado porque o S. Bernardo é, realmente, um dos grandes romances do Brasil. Romance de alguém que é hoje o nosso maior romancista” (AMADO, 1935b, p. 134). E, reafirmando seu afastamento do círculo intelectual católico ligado à Schmidt — por causa da polarização política da época —, Amado teceu uma série de ataques ao editor: afirmou que Schmidt nunca gostou de Graciliano e do conteúdo de suas obras, que a crítica negativa tinha o intuito de desgastar a obra em razão da disputa de prêmios, que

Schmidt não tinha lido a obra, da mesma forma que não leu *O país do Carnaval*¹¹, e não teve tempo para solicitar opiniões do seu “conselheiro” Otávio de Faria, que o editor estava abatido pelo enfraquecimento dos seus negócios e que, em síntese, tudo não passava de questões de “política literária”, fruto das polarizações da época (AMADO, 1935b, p. 135).

“Escritores do Norte”, com menor expressão editorial, também recebiam atenção de Jorge Amado. O cearense Heitor Marçal, com o romance *Sinhá-Dona*, foi apontado como uma das grandes promessas da literatura nacional. O livro *Lampião*, do sergipano Ranulpho Prata, foi indicado como o primeiro a realizar um documentário jornalístico do “rei do cangaço” e das formas de violência promovidas pelos bandoleiros, coronéis do sertão e pela repressão estatal. O belenense Dante da Costa, com suas crônicas e contos de *Feira desigual*, ganhou destaque nos ensaios amadianos por abordar o cotidiano da classe média empobrecida. Retratando a vida dos trabalhadores da selva amazônica, o literato ressaltou de forma elogiosa o livro de contos *Matupá*, do natalense Peregrino Junior, como também a obra *A selva*, do português Ferreira de Castro, comparado com o livro *Cacau* por denunciar a sofrível vida dos seringueiros da região: “O eterno drama do trabalhador rural escravizado pelo patrão. Roubado, batido, mais animal que homem [...]. Várias cenas de A Selva são idênticas às de Cacau. Várias, mesmo” (AMADO, 1934e, p. 149).

Sensível com os colegas literatos que buscavam visibilidade para seus livros, Amado tinha clareza das dificuldades vivenciadas pelos escritores em publicar suas obras nos seus estados de origem, fato que os levava a migrar para a capital do país em busca do apadrinhamento de algum editor. Amado asseverava:

O Norte tem sido ultimamente prodigo em bons romancistas: Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Graciliano Ramos e outros que anda aqui pelo Rio com romances em baixo do braço á busca dessa cousa raríssima que é um editor (AMADO, 1932b, p. 42).

Compactuando com as posições de Jorge Amado, Gastão Cruis, como editor, denunciou, no artigo “Escritores do Norte”, os preconceitos vividos por esses intelectuais e literatos, seja no plano social, cultural ou político, e reconheceu a

¹¹ Primeiro romance autoral de Jorge Amado (1931), lançado pela Editora Schmidt.

qualidade e a densidade da produção dos autores da região: “Apesar disso, ou por isso mesmo, como a querer evidenciar a vitalidade que nunca lhe faltou, é desse mesmo Norte, exausto e flagelado, que nos vem agora a mais rica floração intelectual” (CRULS, 1933, p. 44). De forma semelhante, o ensaísta Adhemar Vital, em “A vida rural fixada nos nossos romances”, enfatizava que os “escritores do Norte” deram visibilidade aos sofrimentos de trabalhadores agrícolas de ramos secundarizados da economia nacional: lavouras da cana-de-açúcar, algodão, cacau, borracha e pecuária, sujeitos esquecidos que ganham vida e que evidenciam a “solidariedade humana” presente nesses romances (VITAL, 1935, p. 100).

Raça e miscigenação

Desde o século XIX, o debate sobre a questão racial esteve entre os focos do estudo científico moderno. Questionamentos sobre os processos de civilização atrelados à lógica do progresso liberal levantavam hipóteses ou afirmativas da existência da superioridade física e mental entre as raças. A fomentação dos sentimentos nacionalistas, a primeira Grande Guerra, os desejos de revanchismo e o avanço do pensamento fascista potencializaram o debate racial e da crença da superioridade genética entre os povos. No Brasil, esse debate veio aliado a outros dois fatores: a questão da mão de obra nacional com o fim da escravidão negra — associada ao surgimento da República — e a renovação do processo de colonização e povoamento das diversas regiões fronteiriças do país para geração de renda e proteção do território nacional.

Os escritos do deputado Joaquim Nabuco em 1884, nos tempos do Império, em *O abolicionismo* (NABUCO, 2000) foram revitalizados nos anos de 1920 e 1930, com a defesa da vinda do imigrante branco europeu para substituir a mão de obra negra de origem escrava no intuito de melhorar o desenvolvimento do brasileiro em aspectos sociais, culturais e econômicos, acreditando-se no perfil “empreendedor” do homem branco. O jurista, historiador e aliado de Getúlio Vargas, Oliveira Vianna, foi um principais defensores de que o governo estimulasse a imigração branca e que o Estado promovesse estudos científicos sobre a aclimação/adaptação das variações da raça aariana no território brasileiro com a intenção de potencializar seu

desenvolvimento/progresso em terras tropicais, crendo piamente na superioridade branca em relação aos negros e mestiços nacionais.

A marginalização do negro e dos mestiços brasileiros trouxe por décadas a inviabilidade e/ou invisibilidade dos estudos e pesquisas que refletissem sobre suas relações sociais, o hibridismo no seu desenvolvimento cultural e o sincretismo no âmbito das religiões afro-brasileiras. Na década de 1930, uma leva de intelectuais passou a abordar a formação identitária brasileira que destinou, aos negros de origem africana e seus descendentes nascidos no Brasil, uma importância vital na formação nacional.

O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, que já era um dos expoentes na defesa do regionalismo por meio da sua valorização sociocultural na formação da nação, passou a ser um dos pioneiros na defesa da mestiçagem das raças (branco, negro e índio) como fator diferencial e positivo na formação identitária brasileira. A obra *Casa grande & senzala*, lançada inicialmente pela Schmidt, em 1933, foi um marco nos estudos de raça e identidade no Brasil e influenciou uma geração de intelectuais e de literatos. O romancista José Lins do Rego, antecipando o sucesso da obra e do seu autor, no artigo “O próximo livro de Gilberto Freyre”, afirmou no *Boletim de Ariel* que “Gilberto Freyre será talvez maior que todos estes [...]. É mais que todos, um senso crítico como nunca existiu entre nós. Duvido que ninguém seja mais sério e mais arguto do que este provinciano” (REGO, 1935, p. 35).

Amado foi impactado por *Casa grande & senzala*, transformando-se de opositor ao “mulatismo” “degenerado” a defensor da mestiçagem das raças e das práticas socioculturais. Do mulato ridicularizado em *O país do Carnaval*, os negros e os mestiços foram ganhando visibilidade em *Cacau* e *Suor* até serem protagonistas em *Jubiabá* e *Mar morto*. Freyre não foi o único a influenciar a questão de raça na obra amadiana dos anos de 1930. O médico, etnólogo e antropólogo Arthur Ramos foi um dos que abriram o olhar do literato para os temas dos fetiches, da comida e, em especial, das religiões afro-brasileiras em seus romances e demais escritos. Fazendo menção ao livro *Horizontes místicos dos negros da Bahia* (1932), Amado tratou Ramos como “herói” e herdeiro dos estudos do maranhense Nina Rodrigues, além de afirmar que

“sobre o assumpto nada de melhor conheço no Brasil, nada feito com tanto escrúpulo como o livro do jovem cientista alagoano” (AMADO, 1933g, p. 225).

A permanência da amizade com o ex-rebelde Edison Carneiro foi fundamental para que Amado se aproximasse de Arthur Ramos no Rio de Janeiro. Carneiro também se tornou um estudioso das religiões do povo negro da Bahia e, em 1936, ao publicar *Religiões negras*, recebeu menções elogiosas do amigo no ensaio “O jovem feiticeiro”:

Edison Carneiro nesses estudos nada tem de diletante. Com a raça africana da Bahia, elle soffreu, elle riu em grandes gargalhadas; elle dansou nas macumbas, comeu comidas de extranhos nomes, amou. É um deles e assim esse estudo, esse depoimento, ganha em força e em verdade. Não fala um estudioso das Religiões negras. Fala um membro das religiões negras que é ao mesmo tempo um dos sujeitos mais cultos no Brasil (AMADO, 1936, p. 68-69).

Edison Carneiro se constituiu em peça-chave para inserir Jorge Amado no rol dos comunicadores do Congresso Afro-Brasileiro do Recife (1934), e no IIº Congresso Afro-Brasileiro em Salvador (1937), aproximando-o do círculo dos intelectuais que abordavam a raça negra na cultura identitária brasileira, artistas populares e lideranças espirituais de religiões afro-brasileiras. Ambos eventos divulgados nos anúncios do Boletim de Ariel e com seus respectivos balanços após a seus acontecimentos, com textos de Gilberto Freyre.

Alguns apontamentos

Nos anos de 1930, as edições do *Boletim de Ariel* expressavam os principais debates que circulavam no meio da intelectualidade brasileira, da mesma forma que os artigos e ensaios de Jorge Amado, no periódico, expressavam seus interesses e aproximações com determinados temas e agrupamentos. As três influências principais que diagnosticamos: o movimento comunista e a “literatura proletária”, o ascendente romance regionalista do Nordeste e os debates sobre a miscigenação racial e cultural do povo brasileiro, expuseram os novos *lugares sociais* pelos quais transitou o literato de 1933 até a repressão do Estado Novo.

Essa variação dos *lugares sociais* não impulsionou uma militância disciplinada do escritor em qualquer um desses espaços, apesar das *estratégias*¹² de cada agrupamento serem apropriadas segundo suas experiências de vida e suas expectativas com o futuro, esboçando assim, uma forma peculiar de engajamento difuso pelo autor.

Para produzir essa reflexão foi necessário observar os alinhamentos dos textos destinados ao *Boletim de Ariel* com suas ficções após 1933. Não existe intérpretes da literatura amadiana ou pesquisadores acadêmicos que centram seus estudos no mensário literário, sendo assim, foi necessário ir direto a fonte e realizar as reflexões. Nesse trabalho, o acervo da Fundação Casa de Jorge Amado (FCJA), teve importância vital para o acesso aos escritos de Amado no jornal *O Momento* e no *Boletim de Ariel*, além de outros textos raros do período.

Referências

- AMADO, Jorge. A feira desigual. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 12, set. 1933, p. 315.
- _____. A selva. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 06, mar. 1934e, p. 149.
- _____. A volta de um romancista. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 06, mar. 1935a, p. 58.
- _____. Brasil: prosa e verso. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 11, ago. 1932a, p. 16.
- _____. **Cacau**. Rio de Janeiro: Ariel, 1933d.
- _____. Colleção. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 04, jan. 1933b, p. 91.
- _____. Dois ensaístas. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 09, jun. 1933g, p. 225.
- _____. Em surdina. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 04, jan. 1934d, p. 97.
- _____. Escriitores portugueses do Brasil. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 12, set. 1934b, p. 318.
- _____. “O Alambique” e Clovis Amorim. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 09, jun. de 1934a, p. 244.
- _____. O gororoba. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 03, dez. 1933f, p. 71.
- _____. O homem e o cavalo. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 10, jul. de 1934c, p. 269.

¹² Apropriamo-nos dos conceitos de *estratégia e tática* de Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano: artes do fazer* (2012), apesar da consciência de que a(s) tática(s), advinda(s) das experiências cotidianas e que podem ir na contramão da(s) estratégia(s) do lugar social, estão mais evidenciadas nos romances de 1930 do que nos ensaios de Amado no *Boletim de Ariel*. Além disso, torna-se necessário afirmar que as estratégias dos “romancistas do Norte” e dos escritores que abordam raça e miscigenação são dispersas e até contraditórias por conta do perfil heterogêneo dos agrupamentos e do curto campo de experiência dos seus integrantes.

- _____. O jovem feiticeiro. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 03, dez. 1936, p. 68-69.
- _____. P.S. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 11, ago. 1933e, p. 292.
- _____. São Bernardo e a política literária. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 05, fev. 1935b, p. 134.
- _____. “Sinhá-Dona”. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 02, nov. 1932b, p. 42.
- _____. Um juiz. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 7, abr. 1933c, p. 170.
- _____. Um mestre e um discípulo. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 08, maio 1933a, p. 215.
- ANTUNES, Hugo. Litteratura e revolução. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 04, jan. 1933, p. 102.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- COSTA, Dias da. “CACÁU”. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 02, nov. 1933, p. 36.
- CRULS, Gastão. Conversa fiada... **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 01, out. 1931, p. 01.
- _____. Escriitores do Norte. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 02, 1933, p. 44.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. A propósito de um romance: “Cacáu”. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 11, ago. 1933, p. 288.
- JUREMA, Aderbal. Litteratura reaccionaria e revolucionaria. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 08, maio 1934, p. 211.
- LUCA, Tania Regina de. Editoras e publicações periódicas: o caso do Boletim de Ariel. In: **XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo**. ANPUH/SP: UNESP Assis, 22 a 28 de julho, 2006. Cd-rom.
- MARÇAL, Heitor. Litteratura proletaria. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 12, set. 1932, p. 19.
- MENDES, Murilo. Notas sobre “CACAU”. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 12, set. 1933, p. 317.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: Publifolha, 2000.
- PEDROSA, Mário. “CIMENTO”, o romance da revolução. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 04, jan. 1934, p. 102.

PEREIRA, Astrogildo. Espelho da família burguesa. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 07, abr. 1935, p. 182-183.

RAILLARD, Alice. **Conversando com Jorge Amado**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

REIS, V. de Miranda. A esquerda e a direita literárias. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 11, ago. 1935, p. 11.

REGO, José Lins do. O próximo livro de Gilberto Freyre. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 02, nov. de 1933, p. 35.

VIANNA, Oliveira. O clima ideal e o problema da aclimação aryana no Brasil. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, 1932, p. 03-04.

VITAL, Adhemar. A vida rural fixada nos nossos romances. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 04, jan. 1935, p. 99-100.

TABAYÁ, Arnaldo. Um romance proletário. **Boletim de Ariel**. Rio de Janeiro, n. 01, out. 1933, p. 20.